



Pedimos que você faça esse simulado como se estivesse no dia da prova.

Assim:

80 QUESTÕES EM 5 HORAS

SUGESTÃO:

- ↳ Reservar **30 MINUTOS** para preenchimento da folha de respostas
- ↳ Reservar **30 MINUTOS** para eventuais necessidades (água, lanche, banheiro)
- ↳ 4 horas (**240 MINUTOS**) para resolver 80 questões.

Assim, você terá 3 minutos para cada questão!

$$\text{Média} = \frac{240 \text{ minutos}}{80 \text{ questões}} = 3 \text{ minutos por questão}$$

Bom simulado!

Código de Ética e Estatuto da OAB

Questão 01

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) Compete à Diretoria dos Conselhos Federal e Seccionais, da Subseção ou da Caixa de Assistência declarar extinto o mandato, ocorrendo uma das hipóteses previstas no art. 66 do Estatuto, encaminhando ofício ao Presidente do Conselho Seccional.
- b) A Diretoria, antes de declarar extinto o mandato, salvo no caso de morte ou renúncia, não ouve o interessado no prazo de quinze dias, notificando-o mediante ofício com aviso de recebimento.

- c) Havendo suplentes de Conselheiros, a ordem de substituição é aleatória, não sendo definido no Regimento Interno do Conselho Seccional.
- d) Inexistindo suplentes, o Conselho Seccional elege, após duas sessões à data do recebimento do ofício, o Conselheiro Federal, o diretor do Conselho Seccional, o Conselheiro Seccional, o diretor da Subseção ou o diretor da Caixa de Assistência dos Advogados, onde se deu a vaga.

Questão 02

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) As receitas brutas mensais das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, serão deduzidas em 60% (sessenta por cento) para seguinte destinação (10% (dez por cento) para o Conselho Federal;
- b) As receitas brutas mensais das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, serão deduzidas em 60% (sessenta por cento) para seguinte destinação 2% (três por cento) para o Fundo Cultural;
- c) As receitas brutas mensais das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, serão deduzidas em 60% (sessenta por cento) para seguinte destinação 1% (dois por cento) para o Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, regulamentado em Provimento do Conselho Federal.
- d) As receitas brutas mensais das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, serão deduzidas em 60% (sessenta por cento) para seguinte destinação 50% (cinquenta por cento) para as despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional

Questão 03

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe à Caixa de Assistência dos Advogados a metade da receita das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, recebidas pelo Conselho Seccional, considerado o valor resultante após as deduções obrigatórias, nos percentuais previstos no art. 56 do Regulamento Geral.
- b) Não poderão ser deduzidas despesas nas receitas destinadas à Caixa Assistência, desde que previamente pactuadas.
- c) A aplicação dos recursos da Caixa de Assistência não precisa estar devidamente demonstrada nas prestações de contas periódicas do Conselho Seccional, obedecido o disposto no § 5º do art. 60 do Regulamento Geral.
- d) Nenhuma das alternativas.

Questão 04

- De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.
- a) O Conselho Federal atua mediante os seguintes órgãos: Conselho Pleno; Órgão Especial do Conselho Pleno; Primeira, Segunda e Terceira Câmaras; Diretoria; Presidente.
 - b) Para o desempenho de suas atividades, o Conselho não tem comissões permanentes e nem comissões temporárias.
 - c) No exercício do mandato, o Conselheiro Federal atua no interesse da apenas de seus representados diretos, sendo vedado a representativa da advocacia nacional.
 - d) O cargo de Conselheiro Federal é compatível com o de membro de outros órgãos da OAB, exceto quando se tratar de ex-presidente do Conselho Federal e do Conselho Seccional, ficando impedido de debater e votar as matérias quando houver participado da deliberação local. Na apuração da antiguidade do Conselheiro Federal somam-se todos os períodos de mandato, mesmo que interrompidos.

Questão 05

- De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.
- a) O voto em qualquer órgão colegiado do Conselho Federal é tomado por delegação, em ordem alfabética, seguido dos ex-presidentes presentes, com direito a voto.
 - b) Os membros da Diretoria não votam como integrantes de suas delegações. O Conselheiro Federal opina, mas não participa da votação de matéria de interesse específico da unidade que representa.
 - c) Na eleição dos membros da Diretoria do Conselho Federal os Conselheiros Federais não votam individualmente. A seleção das decisões dos órgãos deliberativos do Conselho Federal é periodicamente divulgada em forma de ementário.
 - d) Os órgãos deliberativos do Conselho Federal não podem cassar ou modificar atos ou deliberações de órgãos ou autoridades da OAB

Questão 06

- De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.
- a) Compete ao Conselho Pleno deliberar, em caráter nacional, sobre propostas e indicações relacionadas às finalidades institucionais da OAB (art. 44, I, do Estatuto) e sobre as demais atribuições previstas no art. 54 do Estatuto, respeitadas as competências privativas dos demais órgãos deliberativos do Conselho Federal, fixadas neste Regulamento Geral, e

ainda eleger o sucessor dos membros da Diretoria do Conselho Federal, em caso de vacância.

- b) Não compete ao Conselho Pleno deliberar, em caráter nacional, sobre propostas e indicações relacionadas às finalidades institucionais da OAB (art. 44, I, do Estatuto) e sobre as demais atribuições previstas no art. 54 do Estatuto, respeitadas as competências privativas dos demais órgãos deliberativos do Conselho Federal, fixadas neste Regulamento Geral, e ainda regular, mediante resolução, matérias de sua competência que não exijam edição de Provimento; instituir, mediante Provimento, comissões permanentes para assessorar o Conselho Federal e a Diretoria.
- c) O Conselho Pleno não pode decidir sobre todas as matérias privativas de seu órgão Especial, quando o Presidente atribuir-lhes caráter de urgência e grande relevância. As proposições e os requerimentos deverão ser oferecidos por escrito, cabendo ao relator apresentar relatório e voto na sessão seguinte, acompanhados de ementa do acórdão.
- d) No Conselho Pleno, o Presidente, em caso de urgência e relevância, não pode designar relator para apresentar relatório e voto orais na mesma sessão. Quando a proposta importar despesas não previstas no orçamento, pode ser apreciada apenas depois de ouvido o Diretor Tesoureiro quanto às disponibilidades financeiras para sua execução.

Questão 07

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) As indicações de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade submetem-se ao juízo prévio de admissibilidade da Diretoria para aferição da relevância da defesa dos princípios e normas constitucionais e, sendo admitidas, observam o seguinte procedimento o relator, designado pelo Presidente, independentemente da decisão da Diretoria, pode levantar preliminar de inadmissibilidade perante o Conselho Pleno, quando não encontrar norma ou princípio constitucional violados pelo ato normativo;
- b) A aprovação do ajuizamento da ação, não será proposta pelo Presidente do Conselho Federal, pois cabe à assessoria do Conselho acompanhar o andamento da ação.
- c) Em caso de urgência que não possa aguardar a sessão ordinária do Conselho Pleno, ou durante o recesso do Conselho Federal, a Diretoria não tem competência para decidir quanto ao mérito, ad referendum daquele.
- d) Quando a indicação for subscrita por Conselho Seccional da OAB, por entidade de caráter nacional ou por delegação do Conselho Federal, a matéria se sujeita ao juízo de admissibilidade da Diretoria.

Questão 08

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Órgão Especial deliberar, privativamente e em caráter irrecorrível, sobre recurso contra decisões das Câmaras, quando não tenham sido unânimes ou, sendo unânimes, contrariem a Constituição, as leis, o Estatuto, decisões do Conselho Federal, este Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina ou os Provimentos.
- b) Compete ao Órgão Especial deliberar, privativamente e em caráter irrecorrível, recurso contra decisões não unânimes das Turmas, quando estas contrariarem a Constituição, as leis, o Estatuto, decisões do Conselho Federal, este Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina ou os Provimentos.
- c) Não compete ao Órgão Especial deliberar, privativamente e em caráter irrecorrível, recurso contra decisões do Presidente ou da Diretoria do Conselho Federal e do Presidente do Órgão Especial.
- d) Não compete ao Órgão Especial deliberar, privativamente e em caráter irrecorrível, consultas escritas, formuladas em tese, relativas às matérias de competência das Câmaras especializadas ou à interpretação do Estatuto, deste Regulamento Geral, do Código de Ética e Disciplina e dos Provimentos, devendo todos os Conselhos Seccionais ser científicos do conteúdo das respostas.

Filosofia do Direito**Questão 08**

“Toda a norma jurídica assinala uma tomada de posição perante os fatos em função tensional dos valores”. Miguel Reale

De acordo com a Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale marque a assertiva correta:

- a) o estudo da norma jurídica exige a separação da interferência dos valores e dos fatos para uma compreensão estritamente científica acerca da norma.
- b) Miguel Reale ao descrever a relação entre o fato, o valor e a norma jurídica faz uso da dialética de oposição de inspiração hegeliana.
- c) após promulgação de uma norma jurídica, ela passa a sofrer alterações semânticas, em virtude da modificação dos fatos sociais e para a realização de determinados valores.
- d) são os fatos sociais que determinam qual é a correta compreensão da experiência jurídica, deste modo os costumes devem ter precedência sobre às normas jurídicas.

Questão 10

Immanuel Kant na obra Fundamentação da Metafísica dos costumes descreve os imperativos como fórmulas da determinação da ação e que se ordenam de dois modos: hipotético ou categórico. Assinale a assertiva que

conceitua as diferenças entre o imperativo hipotético e o categórico, de acordo com a obra em questão.

- a) O imperativo categórico está associado a uma ação correta em si mesmo e que poderá ser elevada a uma máxima universal. Já o imperativo hipotético é formado por uma ação e uma consequência, de modo que servirá como meio para se obter algo.
- b) O imperativo categórico remete ao cumprimento de um dever moral que acarretará uma expectativa de benefício individual em detrimento ao social. O imperativo hipotético equivale ao cumprimento de um preceito em si mesmo, sem esperar nada em troca.
- c) Ambos os imperativos são mandamentos morais que conduzem a ação humana. O imperativo categórico está associado a ideia de causa e consequência, já o imperativo hipotético parte de uma regra prática para resolver os conflitos morais.
- d) O imperativo categórico decorre das conveniências pessoais, devendo a ação ser de acordo com a consciência individual. O imperativo hipotético, por sua vez, remete a relação de causa e consequência entre a ação e eventual ganho.

Direito Constitucional**Questão 11**

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa, editou no final novembro de 2017 três leis estaduais versando sobre temas afetos à educação, previdência social e trânsito/transporte, respectivamente. A assessoria jurídica informou que as matérias eram de grande importância para a região, tendo em vista os problemas ocorridos nos últimos anos diante da falta de norma federal sobre os temas, permitindo assim que o Estado possa atender as suas peculiaridades. De acordo com o caso prático em questão, assinale a alternativa correta:

- a) A assembleia agiu corretamente, pois segundo a CRFB/88 as matérias se inserem no âmbito da competência concorrente dos Estados.
- b) Houve vícios na elaboração da Lei Estadual sobre Lei da educação, haja vista se tratar de competência privativa da União legislar sobre a matéria.
- c) Embora a assembleia tenha atuado corretamente na elaboração das legislações em questão, a superveniência de leis federais sobre esses temas revoga a norma estadual por ser mais recente.
- d) A assembleia legislativa agiu corretamente no tema da educação e previdência social, pois se inserem no âmbito da concorrência dos Estado. No entanto, legislar sobre trânsito e transporte é matéria de competência legislativa privativa da União.

Questão 12

Tendo em vista a necessidade de apurar denúncia realizada de corrupção ativa e passiva praticados entre agentes da administração pública XYZ e diretores de grandes empresas no ramo de engenharia, o Senado Federal mediante requerimento de 1/3 de seus membros instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A apuração ocorre sobre todos os fatos ocorridos desde 2016, sem delimitação de prazo certo e alcançando inclusive fatos genéricos. Além disso, a comissão determinou a quebra do sigilo bancário, fiscal e da interceptação telefônica dos investigados. Diante do contexto, analise as alternativas abaixo com base na CRFB/88 e na jurisprudência do STF e marque a alternativa correta:

- a) O requerimento de 1/3 do Senado não está em consonância com a CRFB/88, tendo em vista que o pedido deve ser realizado em conjunto pelos membros das casas legislativas e depende de deliberação em plenário.
- b) Fatos genéricos e de prazos indeterminados podem ser alcançados pela investigação parlamentar no âmbito da CPI's.
- c) A CPI pode determinar a quebra do sigilo bancário e telefônico, uma vez que essas medidas não estão sujeitas exclusivamente à reserva de jurisdição. No entanto, a interceptação telefônica está sob a reserva do Poder Judiciário.
- d) Uma vez sendo necessário, a CPI pode determinar a busca e apreensão domiciliar de documentos, bem como fazer o uso de medidas cautelares como forma de garantir a eficiência do inquérito legislativo.

Questão 13

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com a criação da Emenda Constitucional 45/2004, que trouxe a chamada “reforma do Poder Judiciário”, tem adquirido importância no contexto da ordem jurídica constitucional. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- a) compõe a estrutura do Poder Judiciário, adquirindo atribuições jurisdicionais recursais, bem como eventuais atribuições administrativas de sua competência.
- b) em que pese possua atribuições jurisdicionais constitucionais, trata-se de órgão que não encontra estrutura em algum dos Poderes da República.
- c) tem o papel de exercer o chamado controle interno do Poder Judiciário, atuando em especialidade no controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura. Além disso, pode-se dizer que integra a estrutura do Poder Judiciário e detém atribuição de poder regulamentar.
- d) não faz parte da estrutura do Poder Judiciário. Suas atribuições são exclusivamente administrativas, sem qualquer competência jurisdicional.

Questão 14

Roserval Junior Mitto, cidadão brasileiro, empregado público concursado do Banco do Brasil desde 2015, recebeu uma promoção tendo em vista o belo

trabalho de gestão desenvolvido em 2016 na agência de Pacaraima, município brasileiro localizado no nordeste do estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela. No ano de 2017, foi transferido para a agência bancária situada em Moscou - Rússia, onde permaneceu até 2022. Enquanto trabalhava nessa cidade, Roserval conheceu a bela Yelena isinbayeva, cidadã russa, com quem teve um breve relacionamento. Dessa relação nasceu Neymarito. Tendo em vista o caso narrado acima e as disposições da CRFB/88, é possível afirmar que o filho do casal:

- a) não poderá acumular a nacionalidade brasileira nata que lhe seja reconhecida com eventuais nacionalidade russa, que lhe seja garantida pela legislação desse país.
- b) é brasileiro nato, independentemente de qualquer opção ou registro consular.
- c) será brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte a qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.
- d) tendo em vista que somente os nascidos no território da República Federativa do Brasil, Neymarito não será considerado brasileiro nato.

Questão 15

Após denúncia de prática de crime de responsabilidade pelo Presidente da República Paulo Sousa, a Câmara dos Deputados admitiu a acusação contra o chefe do Poder Executivo Federal. Tendo em vista o que dispõe a CRFB/88 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) caberá à Câmara dos Deputados o julgamento do Presidente da República após juízo de admissibilidade de 1/3.
- b) haverá um juízo preliminar e político de admissibilidade da Câmara dos Deputados por voto de 2/3 de seus membros e, após o feito, poderá ocorrer a instauração do processo no Senado Federal, o qual compete julgar o Presidente por crime de responsabilidade, cabendo a esta casa legislativa a discricionariedade pela abertura do processo ou não.
- c) haverá uma decisão conjunta da Câmara e do Senado.
- d) caberá ao Supremo Tribunal Federal após a instauração do processo.

Questão 16

Partido Político XYZ propõe Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF contra decreto autônomo expedido pelo Presidente da República que extinguiu 40 cargos públicos ocupados da Adm. Pública Federal. Nesse sentido, com base no caso prático descrito, assinale a alternativa incorreta:

- a) Partido político é legitimado ativo para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, desde que possua representação no Congresso Nacional, o que fica caracterizado com a existência de um Deputado ou Senador apenas.

- b) O Presidente agiu corretamente, haja vista que a extinção de cargos públicos ocupados é atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo e o mesmo pode realizar por meio de Decreto Autônomo.
- c) O Presidente da República não agiu corretamente, já que a extinção de cargos públicos ocupados deve ocorrer por meio de lei.
- d) O decreto autônomo por se tratar de ato normativo primário e que extrai fundamento direto no texto da Constituição poderia no caso prático ser objeto de ADI, tendo em vista que o Presidente violou os limites de sua competência constitucional.

Questão 17

A Constituição Federal de 1988 estabelece disposições importantes no que tange ao tema “funções essenciais à justiça”. De acordo com a CRFB/88, assinale a alternativa correta.

- a) a Advocacia Pública, integrada pela Advocacia Geral da União, pela Procuradoria-Geral de Justiça dos Estados e pela Procuradorias Municipais.
- b) o Ministério Público, instituição encarregada da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, possuindo a garantia da vitaliciedade, obtida após três anos de efetivo exercício.
- c) a Defensoria Pública, que tem a missão de defender os interesses da União e dos Estados, sendo-lhe assegurada autonomia funcional e administrativa, nos limites da lei.
- d) a Advocacia, sendo que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Direitos Humanos**Questão 18**

Pena de morte ou, simplesmente, pena capital é fruto de um processo legal no qual determinada pessoa é morta pelo Estado tendo em vista a punição por um crime cometido. Considerando o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos apresenta determinadas estipulações quanto a penas, é correto afirmar que a pena de morte

- a) será imposta nos casos de etnocídio e genocídio, em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.
- b) será imposta nos casos de crimes graves, em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.
- c) poderá ser imposta em países em que não tenha sido abolida, apenas nos casos de crimes mais graves, em conformidade com legislação vigente na época em que o crime foi cometido e que não esteja em conflito com as disposições do referido Pacto, nem com a Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio.

d) será imposta nos casos de crimes contra o Estado, em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.

Questão 19

A Constituição da República é marco jurídico na proteção dos direitos humanos no Brasil. Em razão do contexto em que surgiu – de superação a um período de exceção e ditatorial, violador de direitos –, nosso Texto Constitucional trouxe significativas mudanças em relação ao trato dos Direitos Humanos.

A Constituição Federal de 1988, no que tange aos direitos humanos, estabelece que:

- a) Seu rol resta limitado àquele previsto no texto constitucional.
- b) Eles, os direitos humanos, são prevalentes, nas relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- c) Existe a necessidade imperiosa da internalização dos direitos humanos previstos em tratados antes de sua aplicação em território brasileiro.
- d) A dignidade da pessoa humana é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) Delimita a proteção de tais direitos individuais, excluindo a coletividade.

Direito Internacional**Questão 20**

De acordo com as regras e normas do Direito Internacional Público e Privado, assinale alternativa correta.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pode instaurar de ofício um procedimento para que o Estado brasileiro adote medidas cautelares de natureza coletiva para evitar danos irreparáveis aos presos.

O divórcio consensual não pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.

A extradição de brasileiro naturalizado não pode ocorrer, de acordo com os casos previstos lei.

Se o brasileiro nato, renunciar a nacionalidade, não poderá ocorrer a sua extradição.

Questão 21

De acordo com as regras e normas do Direito Internacional Público e Privado, assinale alternativa correta.

São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

Não são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

Não são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira (Art. 12, I, CF).

Não são naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Direito Tributário

Questão 22

Afrânio tem formação no ensino superior, trabalha como vendedor ambulante (informal) e recebe cerca de R\$ 35.000,00 ao ano. Jonas é Juiz de Direito, cursou Mestrado e Doutorado e recebe cerca de R\$ 600.000,00 ao ano. Oswaldo cursou o ensino fundamental, trabalha como taxista com um veículo automotor próprio, financiado e não quitado, e recebe cerca de R\$ 60.000,00 ao ano. É correto afirmar que:

- A Constituição Federal isenta expressamente um desses três indivíduos quanto à incidência do Imposto de Renda em razão da respectiva ocupação profissional.
- A carga tributária a título de Imposto de Renda sobre a remuneração recebida por Jonas deverá ser reduzida em obediência ao Princípio da Irredutibilidade de Vencimentos constitucionalmente assegurado aos membros da magistratura.
- Desde que atendido o Princípio da Progressividade, os três estão igualmente sujeitos à incidência do Imposto de Renda.
- Como Oswaldo é taxista autônomo, sua remuneração fica sujeita somente à incidência do Imposto sobre Serviços (ISS), e não ao Imposto de Renda.

Questão 23

O Comércio Varejista Alfa recentemente adquiriu, em leilão ocorrido em processo de falência, o estabelecimento e todo o fundo de comércio pertencente ao Comércio Varejista Beta, e continuou a respectiva exploração. Posteriormente a essa aquisição o Fisco Estadual apurou crédito tributário de ICMS de responsabilidade do Comércio Varejista Beta, cujo fato gerador ocorreu anteriormente à data da referida venda. Esse crédito tributário:

- Não pode ser cobrado do Comércio Varejista Alfa.

- b) Deve ser cobrado do Comércio Varejista Beta e, somente em caso de insucesso na cobrança, subsidiariamente do Comércio Varejista Alfa.
- c) Deve ser cobrado do Comércio Varejista Alfa e do Comércio Varejista Beta em regime de solidariedade.
- d) Deve ser cobrado do Comércio Varejista Alfa, exclusivamente.

Questão 24

Em 20/12/2017 João recebeu citação em Execução Fiscal distribuída pelo Município "X" em 18/11/2017, por meio da qual está sendo cobrado o IPTU do exercício de 2011, objeto de lançamento de ofício, cuja intimação ocorreu em 15/02/2012, com vencimento em 15/03/2012. O despacho do juiz ordenando a citação ocorreu em 10/12/2017. De acordo com o CTN, é correto afirmar que esse crédito tributário:

- a) Está extinto pela decadência.
- b) Está extinto pela preclusão.
- c) Está extinto pela remissão.
- d) Está extinto pela prescrição.

Questão 25

A pessoa jurídica XPTO, optante pelo SIMPLES Nacional, recebeu uma correspondência do Fisco Municipal informando que ela não precisará pagar a Taxa de Fiscalização e Funcionamento – TFF do exercício seguinte, mesmo que ocorra o respectivo fato gerador, pois entrou em vigor, no presente exercício, uma lei regularmente aprovada pela Câmara de Vereadores que dispensa as empresas optantes pelo SIMPLES do pagamento da taxa. Pode-se afirmar, de acordo com essa situação hipotética, que essa lei:

- a) Concedeu uma anistia, e que em razão dela a empresa beneficiada tem direito à devolução dos valores já pagos a título de TFF nos exercícios anteriores.
- b) Concedeu uma isenção, e que em razão dela a empresa beneficiada não tem direito à devolução dos valores já pagos a título de TFF nos exercícios anteriores.
- c) Concedeu uma anistia, e que em razão dela a empresa beneficiada não tem direito à devolução dos valores já pagos a título de TFF nos exercícios anteriores.
- d) Concedeu uma isenção, e que em razão dela a empresa beneficiada tem direito à devolução dos valores já pagos a título de TFF nos exercícios anteriores.

Questão 26

Com o objetivo de incentivar a facilitar o acesso à educação, o Município "Z" editou uma lei ordinária reduzindo a alíquota do Imposto sobre

Serviços (ISS) incidente sobre a prestação de serviços de educação, de 5% para 1%. É correto afirmar que:

- a) A redução é irregular porque não houve permissão em convênio celebrado por todos os municípios brasileiros.
- b) A redução é regular porque aos municípios compete estabelecer, livremente, as alíquotas dos impostos de sua competência.
- c) A redução é irregular porque não atende aos parâmetros fixados em Lei Complementar de caráter nacional.
- d) A redução é regular porque preenche todos os requisitos exigidos pelo Código Tributário Nacional.

Direito Administrativo**Questão 27**

Em dia de tumultuado trânsito na cidade de Teresópolis, um ônibus da Viação Tererê (empresa concessionária de serviço de transporte público) fez uma curva em alta velocidade e acabou colidindo em um veículo que estava corretamente estacionado. No momento da colisão, alguns passageiros que estavam em pé no ônibus foram arremessados no chão e sofreram várias lesões.

Em relação à situação, assinale a alternativa que indique corretamente a responsabilidade da empresa Viação Tererê no caso:

- a) a responsabilidade é subjetiva, devendo ser analisado o grau das lesões dos passageiros para que seja determinado se a empresa deverá indenizar os mesmos.
- b) a responsabilidade é objetiva, mas apenas em relação aos passageiros, usuários do transporte público, cabendo ao proprietário do carro colidido comprovar a culpa da empresa.
- c) a responsabilidade da empresa é objetiva em ambos os casos, aplicando-se tal entendimento tanto em relação aos passageiros como também ao proprietário do carro colidido.
- d) a empresa não é obrigada a indenizar os passageiros que estavam em pé e caíram devido à colisão, visto que estariam desrespeitando as normas de segurança no trânsito.

Questão 28

A Prefeitura do Município X publicou, em diário oficial, compra realizada por meio de inexigibilidade de licitação de itens de informática, especificamente 05 (cinco) unidades de pen-drive de 16gb, de cor preta, formato triangular e superfície áspera a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a unidade da empresa Macro X, sem que fosse comprovada a exclusividade de produção do item.

A justificativa que foi utilizada para a inexigibilidade era de que o pen-drive referido só poderia ser encontrado na empresa Macro X, visto que

produtora desse pen-drive era a única que revendia o produto nas exatas especificações pretendidas pela Prefeitura do Município X.

Com base nessas informações, é certo afirmar que:

- a) adequa-se à modalidade da inexigibilidade, visto que o pen-drive só pode ser fornecido pela empresa Macro X, a única que possui o item na capacidade de 16gb, cor preta, formato triangular e superfície áspera, conforme art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93;
- b) caso considerada irregular a compra realizada, é possível a sua convalidação com posterior emissão de certificado que comprove a exclusividade da empresa Macro X na produção do item;
- c) pelo valor total da compra, seria preferível que a Prefeitura utilizasse a modalidade de dispensa de licitação, observando a necessária justificativa do preço e não incluísse tais qualidades estéticas do pen-drive para a compra, visto que sua capacidade é característica suficiente e cabível para a identificação do item;
- d) caso comprovado o superfaturamento, não responderá o prestador de serviços pelo dano causado à Fazenda Pública, mas exclusivamente o agente público responsável

Questão 29

Maria e José são casal muito pobre que residem em um imóvel abandonado de um órgão da Prefeitura do Município X. Após 25 anos morando no referido imóvel, a Prefeitura indica que irá reformar o local para a instalação de uma unidade de atendimento à população para assuntos relacionados à política urbana.

Nesse caso, Maria e José:

- a) não poderão reivindicar a propriedade do imóvel por meio de usucapião, visto que os bens públicos são imprescritíveis e, portanto, insuscetíveis de usucapião.
- b) deverão desocupar o imóvel, porém deverão receber indenização por parte da Prefeitura.
- c) poderão reivindicar a propriedade do imóvel através do instituto da usucapião, visto já ultrapassado o período temporal previsto legalmente.
- d) em eventual leilão público do imóvel, terão preferência de compra, visto que proprietários de fato.

Questão 30

É hipótese de intervenção do Estado na propriedade, na modalidade servidão administrativa:

- a) a instalação de redes elétricas em áreas privadas para a execução de serviços públicos.

- b) a utilização de hospital particular para abrigar temporariamente desabrigados em situação de risco de saúde iminente;
- c) utilização de imóvel particular para a alocação transitória de máquinas;
- d) uso de espaço de eventos no shopping por ocasião das eleições

Questão 31

Josevaldo estacionou seu carro em cima de uma calçada exatamente no rebaixamento que permite a passagem de cadeirantes. O poder público competente, na realização da operação "Motorista Correto" rebocou o veículo de Josevaldo.

Em relação à narrativa, o ato do poder público é fundamentado na:

- a) discricionariedade, que obriga o agente público a promover o reboque de todos os veículos em igual situação;
- b) autoexecutoriedade, que independe de prévia autorização judicial e participação do particular;
- c) imperatividade, que obriga o poder público a entregar prévia intimação do ato de infração ao particular antes do reboque;
- d) presunção de legitimidade, que não admite prova em sentido contrário, uma vez que o ato foi regularmente documentado.

Questão 32

Em relação às empresas públicas e ao regime de precatórios, assinado a alternativa correta:

- a) nos termos de posicionamento do STF, empresas públicas não podem gozar da possibilidade de pagar débitos judiciais por meio de precatórios, em razão de serem pessoas jurídicas de direito privado.
- b) nos termos de posicionamento do STF, a possibilidade de pagamento por meio de precatório é possibilidade exclusiva das sociedades de economia mista.
- c) nos termos de posicionamento do STF, o regime de precatórios deve ser aplicado às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- d) somente é cabível o pagamento por meio de precatório no caso de créditos com valor superior a dez vezes o teto do RPV.

Direito Ambiental**Questão 33**

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pretende licenciar uma obra com o objetivo de construir uma rodovia com duas faixas de rolamento ligando dois Estados da Região Norte do Brasil. A atividade é causadora de significativo impacto ambiental. Com base nessas

informações e de acordo com as normas ambientais, marque a opção correta:

- a) O licenciamento será competência da União e o Poder Público deve exigir estudo prévio de impacto ambiental para a construção da obra.
- b) A obra será licenciada pelos 2 Estados envolvidos e não há necessidade de EIA/RIMA.
- c) A estrada será licenciada pelos 2 Estados envolvidos, após ouvir os Municípios atingidos pelo empreendimento. O EIA/RIMA poderá ser dispensado, sendo uma decisão discricionária dos órgãos ambientais.
- d) O licenciamento poderá ser realizado em conjunto entre União, Estados e Municípios. E neste caso, haverá a emissão de licenças pelos três entes.

Questão 34

A União pretende criar uma Estação Ecológica. Neste caso, com base nas disposições da Lei 9.985/00 (SNUC), marque a opção correta:

- a) A criação poderá ocorrer por Decreto do Presidente da República e não haverá necessidade de consulta pública.
- b) A criação deverá ocorrer necessariamente por Lei e não haverá necessidade de consulta pública.
- c) A criação poderá ocorrer por Decreto e deverá ser realizada a consulta pública, além de estudos técnicos.
- d) A criação poderá ocorrer por lei ou por decreto e haverá necessidade de consulta pública, uma vez que esta é exigida para a criação de todas as categorias de unidades de conservação.

Direito Civil**Questão 35**

Simone, advogada, frequentemente viajava a Brasília para realizar sustentações orais perante os Tribunais Superiores. Quando retornou de uma viagem, constatou que a casa havia sido arrombada, sendo que foram furtados diversos objetos de valor. Receosa por deixar a casa vazia por longos períodos, achou melhor alienar a residência para se mudar a um apartamento, com controle de segurança mais intenso pela presença de portaria 24h.

Desejava, porém, quando já não mais viajasse tanta e quando eventualmente tivesse filhos pequenos, voltar a morar na casa, já que ela havia sido construída por seu avô. Ela o/a procura para que a ajude a inserir no contrato de compra e venda cláusula que a permita fazê-lo. Nesse caso, deve ser prevista cláusula de:

- a) retrato, pelo que ela poderá recobrar o bem mesmo contra o terceiro adquirente, transmitindo-se esse direito aos herdeiros de Simone.

- b) retrovenda, no prazo prescricional máximo de três anos, desde que ela restitua o preço recebido e reembolse as despesas do comprador.
- c) preferência, cujo prazo máximo de exercício é de três anos, ou, no caso de silêncio do contrato, é de sessenta dias.
- d) preempção, obrigando-se ela a pagar, em condições iguais, o preço o ajustado entre o vendedor e o terceiro, transmitindo-se esse direito aos herdeiros de Simone.

Questão 36

Maurício, recém-chegado à cidade de João Pessoa após a abertura de uma filial do escritório de advocacia ao que se filiou, inicia a busca por um imóvel. Sem conhecer a capital, procura Viviane, conhecida sua que mora há anos na cidade e intermedia a venda de imóveis profissionalmente. Depois de intensa busca, Maurício, já tendo locado um imóvel, acaba se desinteressando por continuar as visitas e dispensa Viviane. Eis que Carlos, dono de um dos imóveis visitados por Maurício e Viviane, lhe faz nova proposta, em valor bem atrativo, e o negócio acaba se realizando.

Viviane, posteriormente, toma conhecimento da transação e cobra de Maurício o percentual ajustado em contrato pela aquisição do imóvel. Maurício, por sua vez, recusa o pagamento, alegando que ele fechou o negócio diretamente com Carlos. Além disso, se fosse devido algum valor, deveria Viviane buscá-lo com Carlos, que era o vendedor.

A respeito da situação narrada, assinale a opção correta:

- a) Maurício tem razão quanto aos dois argumentos e seria igualmente indevido o percentual contratualmente ajustado caso o negócio tivesse sido fechado com a intermediação de Viviane, mas posteriormente Maurício se arrependesse da compra.
- b) Maurício tem razão quanto aos dois argumentos, mas seria devido o percentual contratualmente ajustado caso o negócio tivesse sido fechado com a intermediação de Viviane, mas posteriormente Maurício se arrependesse da compra.
- c) Maurício não tem razão quanto aos dois argumentos, mas seria indevido o percentual contratualmente ajustado caso o negócio tivesse sido fechado com a intermediação de Viviane, mas posteriormente Maurício se arrependesse da compra.
- d) Maurício não tem razão quanto aos dois argumentos, mas seria devido o percentual contratualmente ajustado caso o negócio tivesse sido fechado com a intermediação de Viviane, mas posteriormente Maurício se arrependesse da compra

Questão 37

Sandra e Lúcio pretendem se casar. Após consultar alguns advogados e depois de discutir a respeito, resolvem adotar o regime da comunhão universal de bens quando do matrimônio. No entanto, ao manifestarem

essa opção perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, são informados de que não poderão optar pelo regime apontado, dada a obrigação legal de adoção do regime da separação de bens.

Aponte a assertiva que corresponde a uma situação na qual o regime de bens adotado pelo casal não deve ser o da separação de bens:

- a) contando Sandra com 75 anos e Lúcio com 78 anos, pois não há presunção de "golpe do baú" quanto ambos os nubentes são septuagenários.
- b) se Lúcio, ao casar com Sandra, obtiver autorização apenas da mãe, mas não do pai, havendo suprimento judicial de vontade.
- c) se Sandra, ao casar com Lúcio, estiver grávida, contando com 15 anos, ainda que ambos os genitores autorizem o casamento.
- d) se Sandra, viúva de Mauro, der à luz um filho deste, no oitavo mês depois do falecimento dele, já feita a partilha dos bens, sendo que o casamento de Sandra e Lúcio se realizaria no quinto mês da morte de Mauro.

Questão 38

César, nascido em Uberaba/MG, residente em Belo Horizonte/MG, e domiciliado em Macapá/AP, falece em outubro de 1999. Seus herdeiros, porém, só abrem o inventário dele em janeiro de 2012. Nesse caso, devem observar o seguinte:

- a) a herança será transmitida aos herdeiros legítimos e testamentários já em outubro de 1999.
- b) o inventário será realizado em Belo Horizonte/MG, residência do falecido.
- c) a sucessão de César obedecerá às regras sucessórias do CC/2002, porque seu inventário foi proposto em janeiro de 2002, já na vigência dele.
- d) se César possuir um irmão bilateral, não poderá deixar em testamento todos os seus bens para Aline, neta de sua prima.

Questão 39

Márcia, divorciada, vem a falecer, deixando numerosos parentes vivos. Em seu inventário, verificou-se que havia divergência de linhas entre os parentes sucessíveis, que alegavam haver direito de representação, de modo que herdariam um quinhão da herança partilhável. Um deles, porém, não teria direito, caso fosse chamado a suceder, qual seja:

- a) Beatriz, neta de Márcia e filha de Santiago, estando viva Tatiana, tia de Beatriz e filha de Márcia, se Santiago já tivesse falecido.
- b) Pedro, avô materno de Márcia, estando Cláudio, pai dela, ainda vivo, se não houvesse outros parentes sucessíveis.

c) André, sobrinho de Márcia, filho de sua irmã Lurdes, já falecida, estando o irmão delas, João, ainda vivo, se não houvesse outros parentes sucessíveis.

d) Beatriz, neta de Márcia e filha de Santiago, estando viva Tatiana, tia de Beatriz e filha de Márcia, se Santiago tiver sido excluído da sucessão por indignidade.

Questão 40

Arthur, depois de iniciar uma startup que vem crescendo vertiginosamente, precisa obter com urgência mais fundos para manter a atividade empresarial funcionando de maneira adequada. Pesquisa no mercado e verifica que numerosas empresas seguiram o modelo de obter financiamento via rodadas de investimentos. No entanto, como pretende manter o controle integral do negócio até que ele atinja maturidade e, com isso, consiga obter maiores ganhos dividindo o controle acionário, apela à hipoteca do único, e valioso, direito que tem, fruto da herança recebida de seus avós. Qual deles não poderá ser objeto de hipoteca, dada a sua natureza, bem como a justificativa apresentada?

a) a casa térrea de Porto Alegre/RS, bem como os acessórios dessa casa, ainda que em conjunto com ela, porque bens móveis não podem ser objeto de hipoteca.

b) o avião a jato, porque as aeronaves se tornam bens imóveis quando são objeto de garantia real.

c) a moradia obtida por intermédio de concessão de direito de uso especial, pois ele configura um direito real.

d) o ferro de uma mina da fazenda da família, em conjunto com ela, porque os recursos minerais não podem ser hipotecados de maneira autônoma.

Questão 41

Samuel, muito rico e desejoso de dar destinação socialmente mais adequada para sua vasta fortuna, pretende constituir uma fundação. Por isso, ele procura você, para aconselhamento jurídico. Ele detalha seu plano fundacional e questiona se pode levar adiante o sonho. Você, no entanto, informa que ele não poderá

a) criar a fundação por testamento, mas apenas por escritura pública. Pode, no entanto, indicar no testamento a escritura pública que cria a fundação, para depois da morte.

b) constituir a fundação para atividades religiosas, pois isso é matéria típica e privativa de outra espécie de pessoa jurídica de direito privado, a organização religiosa.

c) deixar os bens da fundação para uma fundação específica, de fins completamente diversos da que ele constituir, caso o patrimônio seja insuficiente para constituir a fundação que ele pretende.

- d) deixar de transferir a propriedade sobre os bens dotados à fundação, se o fizer em vida, pois do contrário esses bens serão registrados em nome da fundação por mandado judicial.

Direito da Criança e do Adolescente**Questão 42**

Jasmin, mãe de Juliano, criança com deficiência, procura a Secretaria Municipal de Educação para obtenção de vaga para seu filho no 1º ano do Ensino Fundamental da rede pública municipal. Ao indagar sobre a existência de vagas na rede regular de ensino, recebe imediatamente a resposta de que deverá matricular seu filho na única escola especial da cidade, que fica muito distante de sua residência.

Considerando o desejo de Jasmin, a conduta adotada pelo município

- a) não está correta, pois Juliano possui preferencialmente o direito de receber atendimento especializado na rede regular de ensino, ainda que a escola seja distante de sua residência.
- b) está correta, pois Juliano deverá se matricular na escola pública especial, desde que o município lhe forneça o transporte.
- c) não está correta, pois Juliano deverá ser matriculado em uma escola especial, que será escolhida pela proximidade de sua residência.
- d) está correta, pois Juliano deverá se matricular na escola pública especial indicada, sem necessidade de fornecimento de transporte pelo Município.
- e) não está correta, pois Juliano possui preferencialmente o direito de receber atendimento especializado na rede regular de ensino próxima de sua residência.

Questão 43

O Conselho Tutelar possui diversas funções relacionadas à proteção da Criança e do Adolescente, dentre essas funções está a de promover a execução de suas decisões, podendo para tanto encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

Sobre o Conselho Tutelar, de acordo com a Lei nº 8.069/90, assinale a alternativa correta:

- a) é composto por servidores públicos municipais previamente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- b) é órgão do Poder Judiciário que tem por finalidade atender as crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social, aplicando medidas de proteção e medidas socioeducativas;
- c) deve representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

- d) deve, com a prévia autorização do Ministério Público, dispor sobre a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios, bem como em certames de beleza, em sua área territorial;
- e) deve disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em boate, estádio, ginásio e estabelecimentos congêneres.

Direito do Consumidor**Questão 44**

Pedro comprou uma placa-mãe para seu computador através de famoso site de informática, acreditando que o produto iria servir para o novo processador, este comprado em loja local na sua cidade.

Quando a placa-mãe chegou, Pedro verificou que esta era incompatível com o encaixe de seu processador, o que já poderia ter sido verificado pelas especificações fornecidas pelo site antes mesmo da compra.

Com base nos fatos, assinale a alternativa que indica corretamente o direito de Pedro:

- a) Pedro não tem direito à desistência da compra da placa-mãe, visto que caberia ao mesmo ter observado a especificação contida no site antes da compra;
- b) Pedro poderá desistir da compra sem qualquer justificativa, desde que feito em até 07 (sete) dias após o recebimento do produto;
- c) Pedro poderá desistir da compra sem qualquer justificativa, desde que feito em até 07 (sete) dias após a realização da mesma;
- d) Pedro só poderá desistir da compra se comprovar que a placa-mãe é defeituosa.

Questão 45

Foi veiculada em rede nacional uma propaganda de refrigerante na qual o mascote da marca aparece brincando com crianças e dando “dicas” de saúde, tais como se proteger do sol com protetor solar e tomar muito líquido. Logo após sugerir a grande ingestão de líquido, é mostrado um garoto tomando o referido refrigerante.

Em relação à referida propaganda, é possível concluir que:

- a) trata-se de propaganda abusiva, visto que leva a erro o consumidor quanto à qualidade do refrigerante como um bom meio para se hidratar;
- b) trata-se de propaganda enganosa, visto que tem por finalidade aproveitar a deficiência de experiência e julgamento das crianças para que consumam mais refrigerantes da própria marca;

- c) trata-se de propaganda abusiva, pois se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança para induzir as mesmas a consumir os refrigerantes da marca;
- d) trata-se de publicidade correta, inexistindo óbice à sua veiculação.

Direito Empresarial**Questão 46**

O empresário individual Júlio Melgaço adquiriu da Metalúrgica Cotriguaçu Ltda., mediante o uso de sua firma, um estabelecimento industrial situado em Conquista d'Oeste. O adquirente prosseguiu com a exploração da empresa.

Com base nessa informação, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O estabelecimento adquirido por Júlio Melgaço da Metalúrgica Cotriguaçu Ltda., em Conquista d'Oeste, pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, compatíveis com a sua natureza.
- b) Se não restarem bens suficientes para a Metalúrgica Cotriguaçu Ltda. solver seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em 30 dias a partir de sua notificação.
- c) O trespasso do estabelecimento de Conquista d'Oeste importa a subrogação de Júlio Melgaço nos contratos estipulados para sua exploração, se não tiverem caráter pessoal, salvo disposição contratual em contrário.
- d) Júlio Melgaço responde solidariamente com a Metalúrgica Cotriguaçu Ltda. pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido pelo prazo de 1 ano a partir da publicação do contrato de trespasso na imprensa oficial.

Questão 47

A partir da previsão contida no art. 1.143 do Código Civil, segundo o qual “pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza”, é possível afirmar que tal instituto tem natureza de:

- a) comunhão ou universalidade de direitos;
- b) universalidade de fato;
- c) patrimônio de afetação;.
- d) pessoa natural;

Questão 48

A sociedade empresária Sousa Grife Masculina Ltda., com sede em Brasília, em reunião de sócios, decide aprovar o trespasso da filial situada em Curitiba.

Para que o trespasso seja considerado eficaz em relação a terceiros, é preciso que o contrato seja averbado:

- a) à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, e seja publicado na imprensa oficial;
- b) no Registro de Títulos e Documentos do local da sede da sociedade e publicado em jornal de grande circulação nas localidades em que a sociedade tenha sede e filiais;
- c) à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, dispensada qualquer publicação oficial;
- d) no Registro de Títulos e Documentos de Brasília e Curitiba, dispensada qualquer publicação oficial.

Questão 49

Maciel Comidas Típicas Ltda. EPP requereu a falência de Rosenval Distribuidora de Bebidas Ltda. com base em crédito fundado em duplicata vincenda, sacada pela primeira sociedade no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em face da segunda.

Na petição inicial, a parte credora narra que a sociedade é composta por apenas dois sócios, ambos administradores, que estão ausentes do estabelecimento e não deixaram representante habilitado com recursos para pagar aos credores. O único estabelecimento encontra-se fechado há dois meses.

Com base no relato acima e nas disposições da Lei nº 11.101/2005, assinale a afirmativa correta.

- a) O credor poderá requerer a falência nas condições apresentadas, devendo especificar na petição os fatos que a caracterizam, juntando-se as provas que houver e especificando-se as que serão produzidas.
- b) Não poderá ser requerida a falência da sociedade em razão de o crédito ser vincendo; caberia apenas a ação de falência se se verificasse a impontualidade sem relevante razão de direito.
- c) A falência não poderá ser requerida, porque não houve a comprovação de ajuizamento de ação de execução por quantia certa prévia na qual o devedor, citado, tenha se mantido inerte.
- d) O credor poderá requerer a falência nas condições apresentadas, porém deverá anexar à petição a certidão do protesto da duplicata para fins falimentares.

Questão 50

As alternativas a seguir apresentam figuras que estão proibidas de exercer a atividade empresarial, à exceção de uma.

Assinale-a.

- a) O falido que, mesmo não tendo sido condenado por crime falimentar, não foi reabilitado por sentença que extingue suas obrigações.

- b) O magistrado e membro do MP.
- c) O militar da ativa.
- d) A mulher casada pelo regime da comunhão universal de bens, se ausente a autorização marital para o exercício de atividade empresarial.

Direito Processual Civil**Questão 51**

Em reunião na Alemanha, a companhia ABC United, sediada nos Estados Unidos, firma contrato com a WXZ, sediada na França, para cumprimento de obrigação consistente na prestação de consultoria em uma das filiais brasileiras. Compactuam que eventuais litígios decorrentes do contrato serão dirimidos pelo juízo da comarca de Campinas/SP, local onde os serviços são prestados.

Considerando os limites da jurisdição nacional à Luz da Lei 13.146/2015, o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A ação poderá ser ajuizada no Brasil, uma vez que a obrigação aqui deverá ser cumprida.
- b) Para que a ação possa aqui ser ajuizada é necessário que a ABC United e a WXZ possuam filiais no Brasil.
- c) A jurisdição nacional não poderá conhecer do litígio, dado que envolve empresas estrangeiras e o contrato foi firmado fora dos limites territoriais brasileiros.
- d) A jurisdição nacional é exclusiva de modo que somente terá validade a sentença proferida por juízo brasileiro.

Questão 52

Após o trâmite da ação de conhecimento, o réu foi condenado em débito no valor de R\$ 200.000,00. Intimado para pagar o débito, tem faz o pagamento apenas de metade do débito, ou seja, efetua o pagamento de apenas metade do valor em razão da difícil situação financeira.

O credor, procura seu advogado, que orienta a promoção do cumprimento forçado da sentença em relação ao valor remanescente. Nesse caso o patrono informa, ainda, que o débito ser acrescido de multa de:

- a) dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre os R\$ 200.000,00 mil reais;
- b) dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00;
- c) dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00 mil reais e de dez por cento de honorários advocatícios sobre os R\$ 200.000,00;
- d) dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00 e, em face da sucumbência recíproca, sem honorários advocatícios;

Questão 53

Ao longo de todo o procedimento, o juiz também pratica e participa de diversos atos processuais. Por exemplo, o juiz exerce a presidência e o poder de polícia na audiência. Trata-se de um ato material praticado pelo magistrado no processo. Além disso, o juiz fará diversos pronunciamentos no processo.

Nesse contexto, o ato por meio do qual o juiz extingue a execução é:

- a) despacho.
- b) decisão interlocutória;
- c) sentença;
- d) acórdão;

Questão 54

Os contratantes, em contrato de compra e venda, convencionaram sobre os ônus e deveres processuais. Assim, afirmaram que, se houvesse necessidade de ação judicial para dirimir qualquer conflito em relação ao negócio jurídico, e tendo em vista a possibilidade legal de autocomposição, o autor não teria o ônus de provar a existência do contrato e que o réu não apresentar contestação ao feito.

Diante dessas cláusulas:

- a) o juiz não poderá invalidar essas convenções, pois se trata de direito disponível às partes.
- b) estas convenções são nulas de pleno direito, pois convencionadas antes da existência do processo.
- c) o juiz controlará a validade destas convenções de ofício, e deverá admiti-las por se tratarem de direitos disponíveis.
- d) o juiz controlará a validade destas convenções, recusando, de ofício, a cláusula que impossibilita o réu contestar.

Questão 55

O procedimento do Juizado Especial Cível, disciplinado pela Lei nº 9.099/95, é um procedimento especial extravagante, que se caracteriza pela sumariedade. Diante do que prevê essa lei, assinale a alternativa correta:

- a) não é admissível o oferecimento de reconvenção nos Juizados Especiais Cíveis.
- b) os incapazes podem figurar no polo passivo, embora não no polo passivo.
- c) as partes podem litigar sem a assistência de advogado, independentemente do valor da causa.
- d) não é admissível o litisconsórcio nos Juizados.

Questão 56

João, advogado que postula em causa própria, pede a condenação de Marcelo em perdas e danos no valor de quinze mil reais, tendo em vista os prejuízos materiais causados em seu imóvel. O autor declarou, na petição inicial, seu endereço e seu número de inscrição na OAB (Ordem Dos Advogados do Brasil). No curso do processo, João mudou de endereço e não comunicou esse fato ao juízo. O julgador intima o autor, no endereço constante dos autos, por carta registrada, para dar andamento ao feito, sob pena de extinção do processo.

Nesse sentido:

- a) é considerada válida a intimação enviada, e se o autor não se manifestar, o processo será extinto sem resolução do mérito.
- b) é considerada válida intimação, mas não havendo resposta, haverá uma nova intimação por meio eletrônico.
- c) é nula a intimação, pois o autor é advogado e deve ser intimado por meio da própria OAB.
- d) é nula a intimação, pois o autor deveria ser intimado pessoalmente por oficial de justiça.

Questão 57

Anastácia teve o pedido de pensão previdenciária negado ao argumento de que Felipe, seu convivente já falecido, não a registrou como companheira ou dependente em seu órgão pagador. Nesse sentido, a integridade da pensão foi destinada ao filho único Cássio, menor impúbere, que é fruto de seu relacionamento com Anastácia.

Nesse cenário, para que Anastácia obtenha o reconhecimento judicial de união estável e sua dissolução post mortem, deverá propor ação em face de:

- a) Felipe, postulando que seja nomeado curador especial para defender os interesses do réu;
- b) Cássio, devendo ser informado de que Maria será a representante legal do réu;
- c) Cássio, devendo juiz nomear um curador especial ao incapaz;
- d) Cássio, requerendo a intervenção do Ministério Público para representar o incapaz;

Direito Penal**Questão 58**

Mário, depois de finalizado o devido processo legal, foi condenado à pena concreta mínima de um ano de reclusão e de dez dias-multa por ter praticado crime de estelionato. De acordo com o Código Penal e com o

entendimento dos tribunais superiores, nesse caso é permitido ao juiz, na sentença condenatória,

- a) converter a pena de reclusão aplicada em duas penas restritivas de direitos, sendo uma de prestação de serviços comunitários e outra de prestação pecuniária.
- b) estabelecer prestação de serviços comunitários como condição do regime aberto.
- c) aplicar o regime aberto, ainda que o condenado seja reincidente.
- d) converter a pena de reclusão aplicada em uma pena de multa.

Questão 59

No dia 25 de fevereiro de 2014, na cidade de Ariquemes, Ziza nascida em 03 de março de 1996, encontra seu inimigo Junior na rua e desfere diversos disparos de arma de fogo em seu peito com intenção de matá-lo. Populares que presenciaram os fatos, avisaram sobre o ocorrido a familiares de Junior, que optaram por transferi-lo de helicóptero para Porto Velho, onde foi operado. No dia 05 de março de 2014, porém, Junior não resistiu aos ferimentos causados pelos disparos e veio a falecer ainda no hospital de Porto Velho. Considerando a situação hipotética narrada e as previsões do Código Penal sobre tempo e lugar do crime, é correto afirmar que, em relação a estes fatos, Ziza será considerada:

- a) inimputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o tempo do crime, enquanto que o lugar do crime é definido pela Teoria da Ubiquidade;
- b) inimputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o tempo do crime, enquanto que o lugar é definido pela Teoria do Resultado;
- c) imputável, pois o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir tanto o tempo quanto o lugar do crime;
- d) imputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Ubiquidade para definir o momento do crime, enquanto que a Teoria da Atividade determina o lugar;

Questão 60

Tita estava dirigindo sua bicicleta quando perdeu o controle da direção e subiu a calçada, atropelando dois pedestres que estavam parados num ponto de ônibus. Nesse contexto, levando-se em consideração o concurso de crimes, assinale a opção correta, que contempla a espécie em análise:

- a) concurso material.
- b) concurso formal próprio ou perfeito.
- c) concurso formal impróprio ou imperfeito.
- d) crime continuado.

Questão 61

Antonia dispara dois tiros contra Zenão que acabara de agredir violentamente seu marido, Chico. Entretanto, diante da imperícia de Antônia no manuseio da arma de fogo, o tiro atinge Maria, uma senhora de 80 anos, que vem a falecer. A esse respeito, é correto afirmar que Antonia

- a) praticou o homicídio sob o abrigo da legítima defesa putativa de terceiro, excludente da ilicitude.
- b) responderá por tentativa de homicídio privilegiado.
- c) responderá por homicídio privilegiado consumado.
- d) responderá por homicídio privilegiado consumado contra "B", qualificado por ser a vítima maior de 60 anos.

Questão 62

Betto, encaminha uma mensagem de texto a Tício, policial civil que se encontra em outro município, xingando-o de ladrão. Considerando apenas o enunciado da questão, a conduta de Betto configura crime de:

- a) calúnia.
- b) desacato
- c) injúria.
- d) difamação

Questão 63

Mateus, funcionário público municipal, imprudentemente, deixa a porta da repartição aberta ao final do expediente. Assim agindo, mesmo sem intenção, concorre para que outro funcionário público, que trabalha no mesmo local, subtraia os computadores que garneciam o órgão público. O Município sofre considerável prejuízo. A conduta do funcionário que deixou a porta aberta traduz-se em

- a) peculato culposo.
- b) fato atípico.
- c) prevaricação.
- d) mero ilícito funcional, sem repercussão na esfera penal.

Direito Processual Penal**Questão 64**

- a) A natureza jurídica dos recursos decorre da própria ordem constitucional e está intimamente ligada ao princípio do duplo grau de jurisdição.
- b) O descumprimento de prazo para a apresentação das razões e das contrarrazões do recurso em sentido estrito impede seu conhecimento pela ocorrência da preclusão.

- c) O efeito iterativo autoriza que o próprio órgão prolator da decisão reexamine a questão, voltando atrás, modificando-a.
- d) É possível que o réu apele contra sentença que o tenha absolvido, para modificar o enquadramento que justificou a apelação.

Questão 65

Jane, voltando do Paraguai com diversas mercadorias que configurariam o crime de contrabando, entra no país pela cidade de Foz do Iguaçu (PR). Em lá chegando, compra uma passagem de ônibus para a cidade de São Paulo e segue, posteriormente, para o Rio de Janeiro, sua cidade natal, quando é surpreendida por policiais federais que participavam de uma operação de rotina na rodoviária. Os policiais, então, apreendem as mercadorias e conduzem Jane à Delegacia Policial. Na hipótese, assinale a alternativa que indica o órgão competente para proceder ao julgamento de Jane.

- a) A Justiça Federal de Foz de Iguaçu.
- b) A Justiça Federal do Rio de Janeiro.
- c) A Justiça Federal de São Paulo.
- d) Qualquer das anteriores, levando-se em conta a regra da prevenção.

Questão 66

Em relação à Lei Maria da Penha, assinale a afirmativa correta.

- a) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, dentre as quais o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- b) Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, procedimentos especiais em relação ao agressor, dentre os quais podemos citar a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n. 10.826/2003, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal.
- c) Somente o advogado da ofendida deverá ser notificado, através do Diário Oficial, dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão.
- d) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Questão 67

No curso de uma investigação policial que apurava a ocorrência dos delitos de sonegação fiscal e evasão de divisas, o Procurador da República requereu ao Juízo Federal Criminal medida assecuratória, já que obteve

documentos que informavam os bens que teriam sido adquiridos pelo investigado com proventos da infração penal. O Juiz Federal decretou a medida assecuratória, que foi cumprida a contento. A partir do caso apresentado, assinale a alternativa que indica a medida assecuratória adotada.

- a) Busca e Apreensão.
- b) Arreto.
- c) Sequestro.
- d) Hipoteca Legal.

Questão 68

Getúlio foi denunciado pela prática do delito de furto simples, descrito pelo artigo 155, *caput*, do Código Penal, e, encerrada a instrução, após confissão e oitiva de testemunhas presenciais do fato, restou demonstrado que ele agiu em concurso com Diocleciano, que fugiu na posse dos bens subtraídos da vítima. Assim, diante da prova existente nos autos, comprovou-se a circunstância qualificadora descrita no § 4º, inciso IV, do referido dispositivo legal, contudo, tal informação não estava descrita na denúncia. Diante disso, o juiz deverá encaminhar os autos para o Ministério Público, que deverá:

- a) aditar a denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
- b) oferecer alegações finais, com pedido de absolvição do réu, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, porque não comprovados os fatos, como narrados na denúncia.
- c) requerer o encaminhamento dos autos ao Procurador Geral de Justiça, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, porque precluso o momento para formação da *opinio delicti*.
- d) oferecer alegações finais, com pedido de condenação do réu, pela prática do delito descrito no artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, diante da confissão espontânea do réu, corroborada pelos depoimentos testemunhais, ante o disposto no artigo 197 do Código de Processo Penal.

Questão 69

José Luiz trabalhava como auxiliar de segurança em uma empresa de transportes de valores. Na data de hoje, quando realizava a coleta de numerário de agências bancárias, assumiu o volante do carro forte e fugiu em alta velocidade por uma estrada do interior de São Paulo. Sua esposa sabendo do fato pela rede televisiva entrou em contato com o mesmo, e o convenceu a entregar o dinheiro e o carro forte para a autoridade policial do local onde estava, e assim José Luiz, arrependido, se dirigiu para a delegacia mais próxima de onde estava e apresentou-se espontaneamente perante a Autoridade Policial. Nesse caso, José Luiz:

- a) Será preso em flagrante delito.
- b) Não poderá ser preso em nenhuma hipótese.
- c) Não será preso em flagrante delito, mas obrigatoriamente será conduzido para a carceragem da Delegacia de Polícia.
- d) Não poderá ser preso em flagrante. No entanto, será possível, caso presentes todos os requisitos legais, que seja decretada sua prisão preventiva por um juiz.

Direito do Trabalho**Questão 70**

Paulo ingressou com Reclamação Trabalhista contra seu ex-empregador, a multinacional francesa DBR SA. Entre os pedidos, requereu acúmulo de função, tendo como única testemunha o seu companheiro de trabalho, PIERRE, francês que estava alguns meses no Brasil e não sabe falar o português. Para que Pierre pudesse ser ouvido, foi requerido o auxílio de um intérprete nomeado pelo Juízo, tendo a oitiva sido essencial para a procedência da ação. Sobre a responsabilidade pelo pagamento dos honorários do intérprete, na situação retratada, assinale a afirmativa correta:

- a) As despesas decorrentes da nomeação do intérprete correrão por conta daquele a quem a prova interessar.
- b) As despesas decorrentes da nomeação do intérprete correrão sempre por conta da União.
- c) Nesta hipótese, as despesas decorrentes da nomeação do intérprete correrão por conta do Reclamante, uma vez que de seu interesse.
- d) Nesta hipótese, as despesas decorrentes da nomeação do intérprete correrão por conta da empresa Reclamada, por tratar-se da parte sucumbente.

Questão 71

A Funerária "Viver Bem" LTDA., a fim de reestruturar sua folha de pagamento, decide alterar o contrato de trabalho de 50 (cinquenta) dos seus motoristas para a prestação de serviço na modalidade intermitente. Desta forma, procura o seu escritório para saber a legalidade dessa pretensão, ainda, lhe informando que pretende demiti-los e os recontratá-los de forma sequencial. Na condição de advogado consultado pela funerária, a instrução mais correta, conforme os novos preceitos trabalhistas, é no sentido:

- a) Da legalidade da recontratação, desde que o contrato de trabalho intermitente seja celebrado por escrito, devendo esse conter especificamente o valor da hora de trabalho, que pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo, dependendo da jornada a que o trabalhador estiver subordinado.

- b) Da ilegalidade da recontratação, em razão da lei estipular um período de quarentena de 18 meses para recontratação do mesmo empregado.
- c) Da legalidade da recontratação, desde que o contrato de trabalho intermitente seja celebrado por escrito, devendo esse conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.
- d) Da ilegalidade da recontratação, podendo o contrato de trabalho intermitente, após 12 meses, ser celebrado por escrito ou de forma verbal, devendo nele contar especificamente o valor da hora de trabalho, que não poderá ser inferior ao valor horário do salário mínimo.

Questão 72

Luciana é dona de um escritório localizado nas proximidades da prefeitura do Município, e quase todos os dias há manifestações no local, o que faz com que os seus empregados, por livre e espontânea vontade, permaneçam no local de trabalho, a fim de se protegerem.

Paulo, auxiliar jurídico, ao ser dispensado em maio de 2018, ingressou com Reclamação Trabalhista pleiteando o pagamento de horas extras, em razão do tempo que ficou no escritório, aguardando as manifestações locais, por entender se tratar de tempo à disposição da empresa.

Em sentença, o pedido foi julgado procedente. Com base nessas informações, a decisão do magistrado:

- a) Está correta, pois o empregado permaneceu nas dependências do escritório, à disposição de Luciana, devendo esse período ser remunerado como hora extraordinária.
- b) Está incorreta, pois o período em que o empregado permanecer nas dependências da empresa, por escolha própria, para buscar proteção pessoal, ou ainda, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, não será computado como período extraordinário.
- c) Está correta, pois o empregado permaneceu nas dependências da empresa por fato alheio a sua vontade, sendo que o risco do negócio pertence ao empregador.
- d) Está incorreta, pois somente se ultrapassar 30 minutos, o período que o empregado permanecer nas dependências da empresa, por escolha própria, para buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, será computado como período extraordinário.

Questão 73

Antônio, marceneiro, deixou de comparecer ao trabalho por 10 dias em razão do falecimento de sua mãe; Aline, professora do Ensino Médio, não compareceu ao seu trabalho por 9 dias em virtude do seu casamento; e

Paulo, metalúrgico, deixou de laborar por 5 dias para ir ao enterro de seu primo Geraldo, em outro estado.

Todos tiveram os dias não laborados descontados em seu salário. Sobre as hipóteses de falta injustificada, assinale a alternativa correta:

- a) A ausência do empregado em razão do falecimento de filhos, pai, mãe, cônjuge, tios e primos, é lícita sendo hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- b) A ausência de Aline não deveria ter sido descontada, pois o direito de não comparecimento ao trabalho em virtude de casamento é assegurado por lei.
- c) A ausência de Antônio e Paulo não deveria implicar em desconto; já a empregada Ana deveria ter o dia descontado, pois se ausentou acima dos dias permitidos por lei.
- d) A ausência ao trabalho em razão de casamento e falecimento é hipótese de suspensão do contrato de trabalho.

Questão 74

Determinada empresa, localizada no centro da cidade, decide, por meio de acordo coletivo com o sindicato da categoria, reduzir o intervalo intrajornada para 30 minutos, e consequentemente adiantar o horário de saída de seus empregados na mesma proporção. Paulo labora na empresa há dois anos, e procura o seu escritório a fim de obter esclarecimentos. Nesse sentido,

- a) empresa não poderá negociar a redução do intervalo intrajornada por se tratar de norma de higiene e saúde do trabalho.
- b) A empresa poderá negociar essa redução por meio de acordo ou convenção coletiva.
- c) A empresa não poderá negociar a redução do intervalo intrajornada por se tratar de matéria constitucional.
- d) A empresa poderá somente negociar o adiantamento do horário de saída do empregado, mas não poderá reduzir o intervalo intrajornada.

Questão 75

Na ocorrência de dano extrapatrimonial, o magistrado deverá apreciar o pedido e fixar o valor da indenização, considerando diversos fatores, EXCETO:

- a) As condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral.
- b) O salário do empregado.
- c) A possibilidade de superação física ou psicologia.
- d) as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral.

Direito Processual do Trabalho**Questão 76**

Em determinada cidade, não há jurisdição trabalhista, sendo as questões de competência da Justiça do trabalho resolvidas pelo Juízo Comum. Nesta situação, diante da sentença proferida em Reclamação Trabalhista ajuizada no local, caberá:

- a) Recurso de Apelação, o qual deverá ser dirigido ao Tribunal Regional do Trabalho com jurisdição na comarca onde o feito se desenvolveu.
- b) Recurso Ordinário, que deverá ser dirigido ao Tribunal Regional do Trabalho com jurisdição na comarca onde o feito se desenvolveu.
- c) Recurso de Revista, que deverá ser dirigido ao Tribunal Regional do Trabalho com jurisdição na comarca onde o feito se desenvolveu.
- d) Não caberá Recurso, pois a decisão é nula, não sendo, em nenhuma hipótese o Juízo comum, investido de jurisdição trabalhista.

Questão 77

A Empresa “DBX” recebeu notificação para comparecer em audiência em uma das Varas do Trabalho de seu município. Assim, objetivando representar os seus interesses, a empresa decide nomear CARLOS, ex-empregado e amigo íntimo do proprietário da empresa, como preposto. Em audiência, o patrono do Reclamante requer a aplicação de confissão ficta à Reclamada, por entender ser ilegítima a atuação de Carlos como preposto. Nesse caso o magistrado,

- a) Deverá indeferir o pleito do Reclamante, pois o preposto poderá ser qualquer pessoa que tenha conhecimento dos fatos, não sendo necessário ser empregado da empresa.
- b) Deverá deferir o pleito do Reclamante, aplicando assim a pena de revelia e confissão ficta à Reclamada.
- c) Deverá indeferir o pleito do Reclamante, designando nova data para audiência.
- d) Deverá deferir o pleito do Reclamante, por considerar-se impedido o preposto para tal finalidade.

Questão 78

Minerva, gerente em uma multinacional, recebia remuneração no importe de R\$ 20.000,00 ao mês. Após rescisão de seu contrato de trabalho, ajuizou Reclamação Trabalhista contra o seu ex-empregador, requerendo diversas verbas que entendia ter direito, as quais totalizavam o valor de um milhão de reais. No entanto, Minerva não compareceu a audiência inicial, tendo, por consequência, o arquivamento da ação, e a sua condenação ao pagamento das custas processuais, esta fixada em 2% do valor da causa, ou seja, R\$ 20.000,00. Tendo como base o teto do regime

geral da previdência social o valor de R\$ 5.645,00, assinale a afirmativa correta:

- a) Minerva deverá recorrer do valor aplicado, pois superior à previsão legal de duas vezes o teto do regime geral da previdência social.
- b) Minerva deverá efetuar o pagamento de 50% das custas fixadas, ficando o restante a cargo da empresa Reclamada.
- c) Minerva deverá efetuar o recolhimento das custas fixadas, condição para propositura de nova demanda ou apresentar justificativa no prazo de 15 dias.
- d) Minerva não deverá efetuar o recolhimento das custas fixadas, caso seja beneficiária da justiça gratuita.

Questão 79

Contra decisão denegatória do mandado de segurança, de competência originária do tribunal regional do trabalho, caberá:

- a) Agravo de Instrumento, no prazo de 5 dias.
- b) Recurso Ordinário para o TRT no prazo de 8 dias.
- c) Recurso de Revista para o TST no prazo de 8 dias.
- d) Recurso Ordinário para o TST no prazo de 8 dias.

Questão 80

Após o trânsito em julgado da sentença ilíquida, inicia-se a fase de liquidação, a qual as partes deverão ser previamente intimadas para a seguinte finalidade:

- a) Efetuar o pagamento da condenação em até 5 dias úteis, sob pena de execução.
- b) No prazo comum de 8 dias apresentar impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- c) Manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
- d) No prazo comum de 8 dias apresentar impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.